

JUSTIÇA

## Tribunal inicia julgamento por falsificação de 'Porto'

Tem hoje início o mega-julgamento que leva à barra do tribunal 112 arguidos acusados de falsificação de vinho do Porto, fraude fiscal e falsificação de selos do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto (IVDP). A primeira sessão do caso designado de "Douro Negro", tem o arranque marcado para as 10 horas e irá decorrer no único espaço na região com dimensão suficiente para receber o maior processo do género alguma vez julgado em Portugal: o Pavilhão Desportivo de Lamego.

Este caso remonta a Novembro de 2002 e resultou de uma investigação da Brigada Fiscal da Guarda Nacional Republicana (GNR). Os 112 arguidos – 80 pessoas e 32 empresas – terão de responder, entre outros, pela acusação de crimes de fuga aos impostos relativos ao comércio de vinho do Porto, numa fraude que está avaliada em cerca de 3,5 milhões de euros.

Os arguidos são ainda acusados de associação criminosa, falsificação de documentos, favorecimento pessoal e crime contra a genuinidade, qualidade ou composição de alimentícios e aditivos alimentares, além de introdução fraudulenta no consumo. A invulgar dimensão do processo faz-se também sentir no número de advogados envolvidos – 72 – e de testemunhas de acusação – 201.

Pedro Marta, administrador de empresas de produção, engarrafamento e comercialização de vinhos de mesa, é considerado o principal arguido

do processo, sendo acusado de ser o mentor de um esquema que passava pela falsificação de selos do IVDP – que serviam para dar "autenticidade" ao vinho –, contando, para o efeito, com a colaboração de produtores, fornecedores de garrafas, rolhas, rótulos, selos e embalagens e de transportadores.

Durante a prisão preventiva, no Estabelecimento Prisional de Lisboa, Pedro Marta foi tam-

bém acusado de construir um alambique onde destilava aguardente a partir de cascas de maçã e pão.

O início do julgamento, que já estivera agendado para Novembro do ano passado, foi adiado *sine die* devido à dificuldade em encontrar um espaço com as condições de segurança e o espaço necessário para receber os 112 arguidos.

Para além do Pavilhão Desportivo de Lamego, e depois do Tribunal da Régua ter sido rejeitado,

o Ministério da Justiça chegou a ponderar a hipótese de o processo ser julgado no salão nobre da Casa do Douro, no Peso da Régua. No entanto, também foi rejeito por não reunir as condições necessárias. Outro local observado foi um armazém da instituição duriense.

Para poder receber este julgamento, a Direcção-Geral da Administração da Justiça teve de proceder a obras de remodelação do pavilhão, da tutela da Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto. Trabalhos que foram desde a colocação de divisórias até ao aquecimento do espaço. **Com Lusa**



**Falsificação** Mais de cem arguidos em tribunal